

A22133-1

# Caçada a grupos de extermínio

*Onda de assassinatos leva o governo a investigar envolvimento de policiais com exterminadores*

ANA PAULA ALCANTARA  
GIOVANA RANGEL

O governo do Estado iniciou uma caçada aos grupos de extermínio que estão atuando no Estado. A intenção é investigar a participação de policiais militares e civis nos assassinatos que, a cada dia, engrossam as estatísticas de homicídios, principalmente na Grande Vitória.

Para isso, a Secretaria de Estado de Segurança criou uma comissão especial – com a participação das polícias Civil e Militar e do Ministério Público – que já está atuando.

“Esta ação é uma espécie de força-tarefa. O nosso objetivo é fazer uma apuração mais rigorosa e agilizar a solução destes crimes. Estes casos não ficarão na impunidade”, garantiu, na manhã de ontem, o secretário de Segurança, José Rezende.

O estopim para a criação da comissão foram os assassinatos registrados no mês de julho na Serra. A maioria das vítimas – sempre rendidas dentro de casa ou no meio da rua e algemadas – foi executada com tiros de pistolas.

“Antes, os crimes já aconteciam, porém, de forma mais branda. Mas o mês de julho chamou a atenção pelo aumento da criminalidade”, enfatizou o secretário.

José Rezende

explicou que as características dos assassinatos – tiros com armas de grosso calibre, abandono do corpo em local deserto e desaparecimento dos documentos das vítimas – levaram os serviços de Inteligência das polícias a concluir que os crimes estão sendo praticados por policiais.

José Rezende ressaltou que já sabe quem são os policiais envolvidos nos crimes.

“As investigações já estão sendo feitas e vários crimes que aconteceram na Serra, principalmente, estão sendo esclarecidos, mas estamos recolhendo provas e incrementando os inquéritos necessários para tomar as providências de acordo com a lei”, frisou.

Os policiais que estão participando dos grupos de extermínio, de acordo com o secretário, serão punidos criminalmente, com prisão, e administrativamente, com expulsão da corporação a que pertencem.

Rezende afirmou que a comissão também vai investigar os crimes que estão sendo praticados por grupos de extermínio ligados ao tráfico de drogas.

O prefeito da Serra, Sérgio Vidigal (PDT), acredita que esta ação vai contribuir para reduzir as estatísticas de crimes no município. “Creio que o governo vai dar uma prova de competência para a sociedade”, declarou Vidigal.

## Os HOMICÍDIOS

Municípios	1999 (*)	1998	1997
Vitória	79	74	113
Vila Velha	137	107	177
Cariacica	114	149	192
Serra	165	160	230
Viana	17	27	25
<b>Total</b>	<b>512</b>	<b>517</b>	<b>737</b>

(\*) Números relativos ao primeiro semestre

Fonte: Gabinete da Chefia de Polícia Civil

## Tráfico recruta policiais

O titular da Delegacia de Crimes contra a Vida da Serra, delegado Gilson Rocha, acredita que policiais podem estar sendo recrutados por traficantes para participar dos crimes que têm acontecido com frequência no município.

Ele acredita que os homicídios estão ligados ao tráfico e afirmou que está trabalhando nas investigações. A falta de testemunhas é o principal obstáculo para a apuração dos crimes.

“O mais difícil é conseguir testemunhas para depor e ajudar a elucidar os crimes”, afirmou o delegado. A dificuldade é ainda maior porque os homicídios sempre acontecem à noite e em lugares ermos.

Gilson Rocha acredita, no entanto, que a Serra não é o único município a ser alvo da violência, pois, para ele, os crimes também são registrados em número significativo nos demais municípios da Grande Vitória.

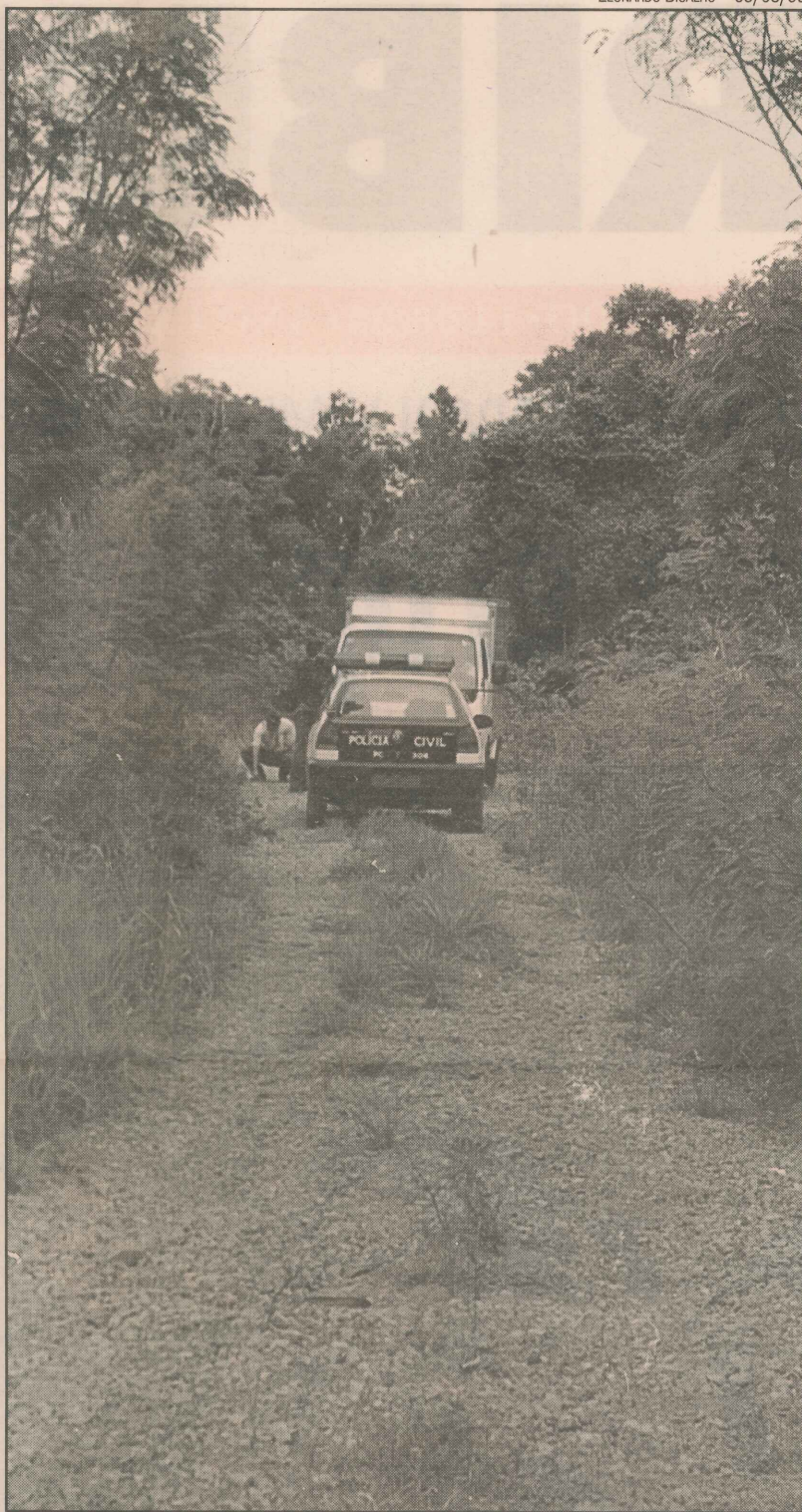
Ele afirmou que a diferença é que a Serra tem mais habitantes e uma extensão territorial maior. Outro agravante é o problema das invasões que originaram vários bairros no município.

A chefe da Polícia Civil, delegada Selma Cristina Couto, afirmou que, até agora, o envolvimento maior nos crimes é de policiais militares, até porque a PM reúne mais homens.

Ela acredita, no entanto, que as polícias não podem ser culpadas pelo problema. “Para mim, esses policiais decidem aderir à corporação com propósitos definidos, já dispostos a atuar no crime”, disse Selma Couto.

A delegada afirma que o grupo formado pelas polícias Militar e Civil e pelo Ministério Público será importante para que se obtenham bons resultados nas investigações.

Para ela, além de não sobrecarregar ninguém, as apurações serão mais direcionadas.



A Serra tem sido palco de extermínio, acredita o governo

## CPI funciona na 3ª feira

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – que será instalada pela Assembleia Legislativa, na próxima terça-feira, para investigar a existência de grupos de extermínio na Serra – vai convocar promotores, juízes e representantes de igrejas para uma audiência pública.

Para a audiência, marcada para a próxima quinta-feira, às 15 horas, também foram convocados o titular da Delegacia de Crimes contra a Vida da Serra, Gilson Rocha, e o prefeito do município, Sérgio Vidigal (PDT).

“Queremos que o prefeito explique a situação do município, para que possamos fazer um amplo debate sobre o assunto com representantes da sociedade”, frisou a deputada estadual Fátima Couzi (PSDB), presidente da Comissão de Direitos Humanos.

O pedido para a criação da CPI foi feito pelo prefeito Sérgio Vidigal, que enviou um offi-

cio à Assembleia, alegando que as estatísticas demonstram que a polícia não tem obtido sucessos na apuração dos homicídios.

Vidigal também acusou as autoridades do Estado de estarem omissas em relação à situação.

“Não estamos omissos, até porque já iniciamos há mais tempo as investigações dessas denúncias”, garantiu o secretário de Segurança, José Rezende.

Fátima Couzi não descartou a possibilidade de instalar CPIs para apurar a criminalidade nos outros municípios. “Vamos começar pela Serra porque o prefeito deu o pontapé inicial. Mas a intenção é partir depois para a Grande Vitória e interior do Estado”, garantiu.

O grupo, que será formado por sete deputados e vai investigar as ocorrências na Serra, terá 90 dias para concluir os trabalhos.

## Governo já vem agindo há mais tempo

O número de assassinatos nos primeiros seis meses deste ano – 512 homicídios na Grande Vitória – está preocupando o governador José Ignácio Ferreira (PSDB).

Ainda em julho, ele cobrou da Secretaria de Segurança Pública uma solução para o problema. O primeiro passo, solicitado pelo governador, foi a relação de assassinatos que poderiam ter envolvimento de policiais.

Essa relação foi feita pela Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e pelas delegacias de Crimes contra a Vida de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra.

Os delegados responsáveis por essas delegacias mandaram a relação dos assassinatos para o governo. Há quatro semanas – ainda em julho –, o governo deu o pontapé inicial para as investigações dos crimes envolvendo policiais militares e civis.

A decisão foi tomada de maneira sigilosa e, antes do prefeito da Serra, Sérgio Vidigal, pedir à Assembleia Legislativa que acesse o pedido da abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a existência de grupos de extermínio no município.

O Serviço Secreto de Informações (PM-2) da Polícia Militar e a DHPP já vinham investigando a possibilidade de policiais das duas instituições estarem participando de grupos de extermínio.

### EXÉRCITO

O deputado estadual Gilson Gomes (PPS) anunciou, ontem, que vai pedir ao Ministério da Justiça que libere o Exército para reprimir a criminalidade na Serra.

Na avaliação do deputado, as tropas do Exército no combate à criminalidade servirão para reforçar as ações da Secretaria de Segurança Pública e das polícias Militar e Civil.

A defesa da presença do Exército na Serra, continuou Gilson Gomes, tem como parâmetro a ação desenvolvida nos morros e favelas do Rio de Janeiro, onde havia o domínio do tráfico de drogas.

LEONARDO BICALHO - 05/08/99



# Apuração começa pela Serra, avisa Rezende

A22133.2

**O** secretário de Estado de Segurança Pública, José Rezende, revelou, em entrevista a A Tribuna, que o alto índice de criminalidade no município da Serra foi o estopim para a criação de uma comissão especial que vai investigar o envolvimento de policiais civis e militares nos assassinatos.

Rezende reconheceu que o problema da Serra não é isolado. Ele considerou, no entanto, que esta ação intensiva no município vai servir de "exemplo" para que situação semelhante não se repita nos outros municípios do Estado.

A Tribuna - Por que o governo decidiu criar esta comissão para investigar os crimes que estão ocorrendo na Serra?

José Rezende - Houve um aumento da criminalidade na Serra, principalmente no mês de julho. Os serviços de Inteligência das polícias apuraram que há envolvimento de policiais.

Detectando esta situação, o governo, através da Secretaria de Segurança, decidiu tomar medidas mais radicais para resolver o problema.

Para isso, estamos montando uma força-tarefa entre as polícias Civil e Militar e o Ministério Público para que possamos estabelecer o que está acontecendo na Serra.

Esta ação vai começar na segunda-feira e será uma apuração

mais rigorosa. A Justiça vai nos ajudar dando maior agilidade aos processos.

- Quanto tempo vai demorar para que os responsáveis sejam punidos?

- Esclarecer é fácil. Mas até chegar a condenação, pode demorar. A lei tem que seguir todo um trâmite: os recursos, as defesas e os prazos. Mas esperamos contar com o apoio da Justiça para agilizar isso.

O processo administrativo, que tem por objetivo expulsar o policial envolvido da corporação, deverá ser mais rápido.

- Há possibilidade de mudanças nos comandos das polícias Militar e Civil em virtude do envolvimento de policiais em crimes?

- Não. São pouquíssimas pes-

soas envolvidas em crimes. Não passa de meia dúzia de policiais. Os comandos não vão pagar por isso, ao contrário, vão nos ajudar a elucidar estes crimes.

- Por que os outros municípios também não serão alvo desta investigação intensiva?

- O alto índice de criminalidade está sendo registrado na Serra e, por isso, decidimos começar por aquele município. Mas, com esta ação, a população - e aqueles que estão cometendo ou que pretendem cometer crimes desta natureza - vai sentir que estamos atentos. Isso vai espantar criminosos em outros municípios também.

- Existe a possibilidade do governo criar uma secretaria mais ampla, que teria domínio sobre as duas polícias?

- Desconheço algo neste sentido. Mas, eu, como profissional, sou a favor da unificação das polícias. No entanto, isso depende da reforma da Constituição Federal. Mas, com certeza, se esta unificação fosse viabilizada, a elucidação dos crimes seria mais rápida.

- A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai apurar os crimes de extermínio na Serra pode atrapalhar a ação intensiva do governo?

- Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Quem tem poder para apurar é a polícia. A CPI pode apurar as causas deste aumento da criminalidade, mas quem vai apurar a autoria e aplicar as punições é a polícia e a Justiça.



Rezende quer impedir o avanço de grupos de extermínio

## PM já expulsou 12 este ano

A Polícia Militar expulsou da corporação, nos últimos seis meses, 12 policiais que foram condenados por envolvimento em crimes. A informação é do comandante-geral da PM, coronel Hélio Soares da Luz Sodré.

Segundo ele, participação em homicídios, roubo de carros e de cargas e até assaltos a bancos estão entre as principais causas dos afastamentos. Sodré afirma que o comando da PM não está de olhos fechados para o problema e tem procurado investigar e punir com rigor.

"O quadro da PM reúne hoje cerca de 8 mil homens. Se tivermos 0,1% deles envolvidos em crimes, já serão oito policiais. Temos que estar sempre atentos", afirmou o comandante.

Sodré afirma que, na Polícia Militar, o rigor é dobrado porque, além do Código Penal, há o regimento disciplinar interno, que trata até mesmo do comportamento do policial quando ele está fora do ambiente de trabalho.

Para apurar os crimes, a PM, segundo o comandante, tem contado com o apoio de testemunhas. Ele afirma que as denúncias contra os policiais são comuns e contribuem para as investigações.

Apesar de admitir o problema, o coronel Sodré não acredita que o envolvimento dos policiais possa denegrir a imagem da corporação. "A Polícia Militar

não pode ser julgada pelo comportamento de uns poucos policiais", afirmou.

### INQUÉRITOS

Em todo o Estado, desde janeiro, foram instaurados 74 Inquéritos Policiais Militares. O inquérito é aberto, geralmente, para apurar problemas mais graves, como quando há suspeita de participação de policiais em crimes. Posteriormente, o IPM é encaminhado à Justiça Militar.

O corregedor da PM, coronel Josias Schwartz, afirma, no entanto, que nem todo IPM é gerado por um crime. Ele explica que o inquérito sempre é aberto quando há, por exemplo, fuga de presos ou mesmo nos casos em que o policial age em legítima defesa.

Para o coronel, 90% dos IPMs são relacionados ao dia-a-dia dos policiais. Ele afirmou ainda que a maior parte dos inquéritos na Grande Vitória é referente a policiais lotados na capital, que concentra o maior número de batalhões.

Casos que envolvem problemas de disciplina são apurados por meio de sindicâncias, que, dependendo do tempo de casa do policial, podem ser transformados em procedimentos administrativos ou ser levados para um conselho de disciplina.

## OS NÚMEROS DA INDISCIPLINA

☛ 12 policiais militares foram expulsos da Polícia Militar nos últimos seis meses por envolvimento em crimes.

☛ 74 inquéritos policiais militares (IPMs) foram instaurados desde janeiro, em todo o Estado.

☛ 39 sindicâncias foram abertas desde janeiro, só na Grande Vitória.

☛ 8 processos administrativos foram abertos também desde o início do ano, na Grande Vitória.

☛ 7 sindicâncias foram parar no Conselho de Disciplina desde janeiro.

## OS IPMS POR MUNICÍPIO

Vitória	24,3% ou 18 inquéritos
Serra	8,1% ou 6 inquéritos
Cariacica e Viana	20,2% ou 15 inquéritos
Vila Velha	10,3% ou 8 inquéritos
Interior do Estado	38,2% ou 27 inquéritos

## O QUE É ...

**Inquérito Policial Militar** - O inquérito é aberto, geralmente, para apurar problemas mais graves, como quando há suspeita de participação de um policial em crimes.

O corregedor da PM, coronel Josias Schwartz, afirma, no entanto, que nem todo IPM é gerado por um crime. Ele explica que o inquérito sempre é aberto quando há, por exemplo, fuga de presos ou casos de legítima defesa.

**Sindicância** - É aberta quando há problemas de disciplina. Pode se desdobrar em processo administrativo quando o policial está na corporação há menos de 10 anos.

Casos de policiais que estão na PM há mais de 10 anos são levados ao Conselho de Disciplina. Quando o problema é provocado por um oficial, o caso fica a cargo do Conselho de Justificação.

Fonte: Corregedoria da Polícia Militar

## Prisão para acusados de morte na baía

A Auditoria da Justiça Militar determinou a prisão de seis policiais militares acusados de terem executado dois suspeitos de assalto, no dia 7 de outubro do ano passado, na baía de Vitória. A prisão foi pedida pela Promotoria Pública com base no Inquérito Policial Militar (IPM) elaborado pelo 1º Batalhão.

Os dois suspeitos de assaltarem uma videolocadora (em Santo Antônio) Sidney dos Santos Hildelfonso e Júlio Miguel da Silva morreram na baía de Vitória (altura do Tancredão), depois de terem sido baleados.

Na época, surgiu a versão inicial da PM de que os dois suspeitos foram baleados quando estavam dentro d'água e, impossibilitados de nadar, se afogaram.

O IPM concluiu que os policiais teriam praticado duplo homicídio, levando em consideração o depoimento de moradores que acompanharam a ação policial naquele dia.

De acordo com o capitão Pedro Paulo, que estava de plantão ontem no Copom, até as 21 horas ainda não havia chegado o mandado de prisão para os seis PMs.

**PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA EM VITÓRIA NA PÁGINA 18**